

Juan Carlos Volnovich. Colega da Argentina.

Trago-lhes duas boas notícias. A primeira boa notícia é que li os trabalhos que teria que ler. E a segunda boa notícia é que entendi tudo o que diziam. Então, vou destinar os quinze minutos que tenho para fundamentar a dois participantes, as duas perguntas que foram surgindo na leitura e que lançarei à Assembléia. Acredito que ao invés de me fechar com as respostas, espero que possamos trabalhar juntos as questões que estas perguntas suscitam.

Dizia que havia lido os trabalho e que entendi o que os autores escreveram. Foi fácil. E, sabem porque entendi tudo? Entendi tudo porque sou argentino (risos). Não digo isto por modéstia. Vocês sabem que nós, os argentinos, somos muito modestos, mas isto não o digo por modéstia. Entendi tudo porque os argentinos (suspeito que os brasileiros também) estamos muito treinados em ler trabalhos que provêm de diferentes centros de produção metropolitana. Os argentinos, e suspeito que também os brasileiros, em nossa condição de periféricos, pela nossa marginalidade tanto geográfica como simbólica em relação ao “mundo civilizado”, tivemos que aprender a ler os discursos produzidos nos centros, nos vários centros e ficamos acostumados a ter que metabolizar as diversas línguas teóricas que nos atravessam. E assim, desse modo, fomos construindo a imagem de “nossa” psicanálise como um eco desferido e deficiente da psicanálise européia; imagens de uma psicanálise que é sempre cópia, boa ou má cópia, mas, enfim, uma cópia de um original que está em outro lugar.

Já sabemos: uma profunda diferença, um abismo sem salvação separa um psicanalista de Paris, um psicanalista norte-americano, um psicanalista britânico, de um psicanalista argentino ou brasileiro. Os primeiros devem saber sua psicanálise. Nós, sua psicanálise e a nossa. Para um psicanalista de Paris basta saber se é Lacan ou algum de seus seguidores, Jacques Alain Miller, Colette Soler, René Major, Eric Porge ou Laurent. Mas não se importam nada frente à obra de Mélanie Klein, Bion, Meltzer, Mrs Bick o Robert Lifton. Nomes que, por serem poucos franceses, é bom ignorar. E vice-versa.

O mesmo acontece com os analistas norte-americanos que conhecem muito bem Ana Freud, Kernberg, Kohut, Mélanie Klein, mas que nada sabem sobre Lacan, muito menos de seus seguidores, e para quem Guattari ou Deleuze, são os nomes de algum jogador de futebol (risos), e se for eu que pergunto, de algum marxista louco que simpatiza com a revolução cubana (risos). No entanto, tenho a certeza de que os analistas metropolitanos, sejam eles de Paris, de Londres ou de New York, têm algo em comum. Eles, não têm a menor idéia do que é produzido na América Latina, a menos que prestem atenção a nossos lares como potencial espaço de conquista e de domínio cultural colonialista.

Então, para esta ocasião, li os textos que falam de psicanálise frente à guerra. Um, de Nancy Hollander, que vive em Los Angeles e é membro da IPA; outro de Michel Plon que vive em Paris e é pesquisador do CNRS.

O primeiro, um texto onde Nancy Hollander, a partir da obra de Melanie Klein, faz a análise para entender o impacto traumático do 11 de setembro e o alívio, junto à dor, que ficou instalado no povo americano quando pôde pôr o inimigo para fora, consentindo a guerra que seus governantes iniciaram. Primeiro, no Afeganistão e depois, no Iraque. É claramente esperançoso, porque explora a possibilidade de mobilizar os cidadãos que vivem nas entranhas do império contra a política belicista do presidente Bush.

Li o trabalho de Michel Plon que parte da reflexão dos tempos de guerra e morte, onde Freud alude ao caráter impossível de qualquer tentativa de exterminar no homem a pulsão que os levam a exterminar seus semelhantes. Impossível exterminar a pulsão de exterminar o outro, disse Freud. Michel Plon chega a afirmar que este imperativo que quer agir, quer, na procura da infinita repetição de um fim possível, a busca desesperada do Um, da totalidade, da “mesmice”, o que explica que o objetivo de domínio absoluto resiste, duplamente, em transformar-se ou desaparecer.

Nunca é demais ressaltar aqui que, só nos Estados Gerais da Psicanálise pôde acontecer uma coisa parecida: que Nancy e Michel tenham coincidido e que eu tenha sido o ponto de interseção, o ponto de cruzamento; que eu, como leitor, tenha sido o ponto de convergência, e que vocês, como leitores e leitoras,

como participantes de uma assembléia, tenham oferecido apoio para este laço que recebo agora e começa a tencionar-se.

O que quero colocar em questão aqui, é que uma coisa é a universalidade das afirmações teóricas, a universalidade da ciência, e outra muito distinta, a territorialidade de sua produção específica que supõe um centro e uma periferia. O que quero postular aqui é que as formas de submissão, a subordinação ao poder, o consentimento das vítimas, o direito dos opressores sobre os oprimidos.... é objeto de estudo da psicanálise como o reivindica Cesário Cerqueira Filho ao aludir às ideologias jurídicas, vigentes em Portugal até a emancipação política do Brasil. Cerqueira Filho em “Figura paterna e idealização, código civil e cotidiano no Brasil” (este é o título do trabalho) acha que por trás do Brasil está Portugal. Por trás do casamento civil como contrato está o casamento religioso como sacramento. Por trás do poder pátrio está o poder da figura paterna, que exige subordinação e obediência e tudo isto transitando pela marca que deixou aberta São Tomás de Aquino, a partir da qual a igreja católica pode combater a escravidão.

O que quero propor aqui é que a psicanálise como continente científico, está inscrita num mundo onde o imperialismo norte-americano domina tudo e que, embora por um momento tenhamos chegado a acreditar que o império tivesse substituído o imperialismo como Hart e Negri afirmaram antes que tivesse sido desatada a guerra de ocupação como resposta ao ataque terrorista às torres gêmeas, não teremos mais de ver o que se passa em Jerusalém, no Afeganistão, no Iraque, para tomar consciência de que há outros territórios e o domínio imperialista dos territórios, assim como a submissão do inconsciente, continua a ser moeda corrente e tem absoluta vigência.

Primeira pergunta, então. A primeira pergunta, sobre o futuro da psicanálise e seus territórios geográficos: Europa, América Latina. O futuro da psicanálise e seus espaços institucionais: a IPA, a AMP, Convergência. O futuro da psicanálise e sua vocação autogestora e, sobretudo, sua inscrição política.

Os trabalhos de Nancy Hollander, de Michel Plon, de Georges G. e de Cesário Cerqueira Filho se assemelham também em um outro ponto: convergem com a carta que Cecília Coimbra enviou à Escola Lacaniana de Psicanálise em

resposta à publicação da Hora do Lobo, a hora do cordeiro de Amílcar Lobo e o texto de Vera Vital Brasil sobre como a brutalidade, a violência exercida durante os anos de chumbo pelo terrorismo de Estado, deixou sua marca de medo e insegurança no ensino da subjetividade. A guerra, a violência urbana, o fundamentalismo e o terror do Estado cavalgam sobre o poder do Pai e abre uma interrogação sobre o patriarcado como sistema de exploração. Mas, além disto, trata-se do efeito da cultura sobre a subjetividade ou da circulação pela lógica da linguagem. Explico-me. Lacan defende, com Claude Lévi-Strauss, que a *“interiorização do tabu do incesto é o ato fundador da cultura”*. Assim, a lei é concebida como um dispositivo que o nome do pai permite na entrada ao universo simbólico. Só que, o estilo lingüístico de Lacan refere-se às culturas como equivalentes à Cultura, e encobre, com as estruturas e os efeitos supostamente universais e ahistóricos da lógica da linguagem, a possibilidade de desconstrução da cultura e das relações sociais de poder e de domínio que a determinam. Assim, para Lacan, a lei paterna é uma intervenção que vem de fora, vem do exterior, pretende-se real. E este real está ligado a leis que de forma alguma são menores ao modo de produção da cultura masculina, não como efeito de linguagem, mas como consequência da relação de poder que fica estabelecida entre homens e mulheres.

Em troca, Freud sugere que a luta pela iniciação à cultura não têm as mesmas consequências para as meninas e meninos. Freud não pede a nós que aceitemos que as meninas e os meninos estejam castrados do mesmo modo e no mesmo grau. Freud disse que as mulheres estão castradas, os homens não. É certo que Freud via as questões desde uma pseudo-biologia, “anatomia, é destino” disse, para deixar bem claro que neste mundo, nesta cultura patriarcal não é igual nascer homem ou nascer mulher. Freud marcou a questão de poder pelas diferenças anatômicas, mas aceita duas circunstâncias importantíssimas:

- Primeiro, que os varões têm o privilégio que tiramos das mulheres, que só as mulheres estão castradas e
- Segundo, que mais que a diferença, é a desigualdade que gera o mal-estar na cultura.

Em troca, Lacan nos propõe aceitar que tanto homem quanto mulher estão castrados e assim circulamos, não pela cultura, mas pela linguagem. A chave lingüística da psicanálise lacaniana pode permitir conceber um avanço na deconstrução natural da diferença entre os gêneros, mas na realidade, substituiu a cultura, a sua história, as relações de domínio pela lógica universal da linguagem, impedem avançar na compreensão das determinações que produzem mulheres e homens de tal ou qual maneira. Porque o caso é que, quando Lacan afirma que tantos homens quanto mulheres carecem de falo e estão castrados, as conseqüências desta carência não parecem ser as mesmas para uns e para outros.

Tenho a impressão que, ao trocar as leis da psicanálise, ao propor uma teoria estrutural da linguagem e um registro simbólico supostamente neutro e universalista no lugar de uma concepção do desenvolvimento sexual do sujeito, Lacan ajuda pouco a revelar as origens sociais da construção dos gêneros e omite a gênese da assimetria do poder que caracteriza o patriarcado. Isto é, mais uma vez mais, com Lacan resulta afirmada –e, ao mesmo tempo oculta– a autoridade do pai, seu privilégio, seu lugar, e assim fica protegido seu domínio.

A segunda pergunta então poderia ser relatada assim: *“devemos tomar a cultura, o histórico social como categoria teórica na hora de pensar a constituição subjetiva, ou com a lógica da linguagem que o estruturalismo nos trás, é o bastante?”*

Mencionei antes que li os textos que falam de psicanálise e sua relação com a guerra, um de Nancy Hollander que vive em Los Angeles, que é membro do IPA, e outro de Michel Plon que vive em Paris e é pesquisador do CNRS. Há um terceiro texto sobre a guerra e a situação da psicanálise. É um texto de Jorge Volnovich, meu irmão. É um texto que Jorge escreveu em comum acordo com Gregório Baremlitt. Nele, os autores relatam uma citação de Donald Rumsfeld, uma das principais estratégias da administração do presidente Bush que diz o seguinte: *“o desafio do século XXI consiste para os norte-americanos em defender-nos contra o desconhecido, o incerto, o invisível e o inesperado”* O inimigo de que devem defender-se os norte-americanos: devem

destruir o desconhecido, o incerto, o invisível e o inesperado. Nada mais adequado para aludir ao inconsciente. Tal pareceria ser que o estado imperial declarou guerra ao inconsciente. O estado imperial também declarou guerra ao inconsciente e, para responder a isto, como resposta à neo-colonização dos territórios geográficos e subjetivos, os autores sugerem o caminho da auto-gestão. Auto-gestão dos psicanalistas pelo caráter de re-colonização subjetiva que anima este processo. Auto-gestão como maneira de estreitar laços fraternos e de exercer a solidariedade ao invés de reforçar as agrupações corporativas encarregadas de administrar o exercício profissional e as associações psicanalíticas que estão levando a psicanálise a uma morte segura.

Para terminar, então, vou parafrasear as palavras de Jorge, que disse: *“a partir de como os psicanalistas que participaram dos Estados Gerais possamos responder aos desafios que propõe a doutrina Rumsfeld saberemos se nós, que somos capazes de interpretar o passado, poderemos conquistar o futuro”*.

Muito obrigado. (palmas)

Feito por Ana Cândida Brandão Fonseca

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2004.